

**O PROGRAMA
ELEITORAL EM UM PLEBISCITO
DE DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ
E O USO DO DISCURSO
PATRIÓTICO PARA A
CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO
TERRITÓRIO E DOS AGENTES
ENVOLVIDOS**

**EL PROGRAMA ELECTORAL EN UN PLEBISCITO/REFERENDO DE DIVISIÓN DEL ESTADO
DE PARÁ Y EL USO DEL DISCURSO PATRIÓTICO PARA LA CONSTRUCCIÓN SIMBÓLICA
DEL TERRITORIO Y DE LOS GRUPOS DE INTERÉS INVOLUCRADOS**

**THE ELECTORAL PROGRAM IN PARÁ STATE DIVISION PLEBISCITE AND THE USE OF
PATRIOTIC DISCOURSE FOR THE SYMBOLIC CONSTRUCTION OF THE TERRITORY AND
AGENTS INVOLVED**

Carlos Borges Junior*
Universidade Federal do Tocantins

* Doutor em Linguística e Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: borges-junior@hotmail.com.

RESUMO: Este trabalho discute a construção do discurso patriótico na representação do território e dos agentes dominantes em um programa eleitoral da campanha dos plebiscitos de divisão do estado do Pará. O programa foi exibido durante o Horário Eleitoral Gratuito de televisão, no ano de 2011. O estudo é alicerçado na teoria da Análise Crítica de Gêneros (BONINI, 2011, 2013) que enfoca os gêneros em termos de sua participação na configuração da realidade social e seu papel na manutenção de relações de poder assimétricas no contexto das práticas sociais. A abordagem também se vale dos aportes teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso, com base nos estudos de Fairclough (2008) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Os resultados da análise evidenciam: o uso da identidade paraense tradicional e hegemônica para o alinhamento à posição não favorável à separação, somando-se ao elemento patriótico também o discurso do medo, o discurso militante e o discurso de usurpação. Ao cidadão pró-separação, é atribuída a imagem do “outro”, do “separatista”, em oposição a um “nós/a gente”, defensores do “Pará por inteiro”.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas sociais e Gêneros do discurso. Programa Eleitoral. Discurso patriótico.

RESUMEN: Este artículo debate sobre la construcción del discurso patriótico en la representación del territorio y los agentes dominantes en un programa electoral de la campaña del plebiscito de la división del estado de Pará. El programa analizado se presentó en el Horario Electoral Gratuito de la televisión, en el año 2011. El estudio se basa en las teorías del Análisis Crítico de Género (BONINI, 2011, 2013;), que se centran en los géneros en términos de su participación en la configuración de la realidad social y su papel en el mantenimiento de relaciones de poder asimétricas en el contexto de las prácticas sociales. El enfoque también se basa en las contribuciones teóricas y metodológicas del Análisis Crítico del Discurso, basándose en los estudios de Fairclough (2008) y Chouliaraki y Fairclough (1999). Los resultados del análisis muestran: el uso de la identidad *paraense* tradicional y hegemónica para defender la posición no favorable a la separación, agregándose al elemento patriótico también el discurso del miedo, el discurso militante y el discurso de la usurpación. Al ciudadano favorable a la separación se le atribuye la imagen del "otro", el "separatista", en oposición a un "nosotros", defensores del "Pará en su totalidad".

PALABRAS CLAVE: Práticas sociais y géneros del discurso. Programa electoral. Discurso patriótico.

ABSTRACT: In this paper, we discuss the construction of patriotic discourse to represent the territory and the dominant agents in an electoral program of the campaign for the division plebiscites of the Pará state. The program was broadcasted during the Free Electoral Time in television, in 2011. The study is grounded on the Critical Genre Analysis theory (BONINI, 2011, 2013), which focuses on genre in terms of its participation in shaping social reality and its role in maintaining asymmetrical power relations in context of social practices. The approach also draws on the theoretical and methodological contributions of Critical Discourse Analysis, based on the studies developed by Fairclough (2008) and those of Chouliaraki and Fairclough (1999). The results of the analysis show: the use of traditional and hegemonic Pará identity to defend the “no separation” position, adding to the patriotic discourse the discourse of fear, the militant discourse and the usurpation discourse. The pro-separation citizen is attributed the image of the “other”, the “separatist”, as opposed to “we”, defenders of “full Pará”.

KEYWORDS: Social practices and genres of discourse. Electoral Program. Patriotic discourse.

1 INTRODUÇÃO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) ressalta que todo uso da linguagem está permeado por posições e discursos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Em alguns gêneros, tais elementos/aspectos ocorrem cada vez mais “disfarçados”. É o que acontece nas campanhas eleitorais. Essas práticas sociais são eventos que mobilizam posições e discursos. Não raro, os discursos mais estáveis e dominantes são utilizados para benefícios de manutenção do *status quo* dos mesmos poderosos de sempre. O modo como as campanhas funcionam, portanto, segue sendo um objeto nobre de estudos, haja vista a necessidade de democratização do processo central pelo qual a democracia se faz: o sufrágio.

Neste artigo, constituído a partir do extrato de um estudo mais abrangente (SILVA JÚNIOR, 2017), produz-se um debate sobre o modo como o discurso patriótico é utilizado em um dos programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará (o

plebiscito envolvendo a possível criação do estado do Carajás). Além de evidenciar a organização constitutiva do hipergênero¹ programa eleitoral, busca-se aqui mostrar como, na disputa entre a imagem do Pará e do possível novo estado, o território e os próprios cidadãos desse território são construídos discursivamente.

A análise focaliza três aspectos: 1) os discursos mobilizados na constituição do objeto de discurso (o território) e dos sujeitos participantes (frentes, eleitores); 2) a predicação dos objetos de discurso e das pessoas do discurso; e 3) a constituição das pessoas do discurso.

2 O CONTEXTO DA PROPAGANDA ELEITORAL E DA CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA

Em 11 de dezembro de 2011, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou os Plebiscitos² que consultaram os eleitores do Pará sobre as propostas de divisão do estado em três unidades federativas: Tapajós, Carajás e Pará. A resolução do TSE nº 23.342³ (BRASIL, 2011c), determinou que toda a população do estado, afetada pelo desmembramento, deveria ser consultada. Então, “por sufrágio universal e voto direto e secreto” (BRASIL, 2011c, p. 1), a maioria dos eleitores que foram às urnas decidiu que o Pará *não deveria ser dividido*. Portanto, eles responderam NÃO às duas perguntas dos plebiscitos: “a) *Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado de Carajás?*” e b) *Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós?*” (BRASIL, 2011c, p. 1, grifos do autor). Ambas as questões tinham como alternativas de voto as palavras responsivas SIM e NÃO, registradas nas urnas eletrônicas com os números (77) e (55)⁵, respectivamente. A proposta de desmembramento é ilustrada na figura a seguir: em verde, Tapajós; em laranja, Pará; e em marrom, Carajás.



Figura 1: Limites territoriais

Fonte: Frente Contra a Criação do Estado de Carajás
(Programa 1)

¹ *Hipergênero* é um gênero constituído por vários outros, segundo a definição de Bonini (2011).

² Consulta sobre a criação de dois estados: Carajás (o projeto aprovado para votação foi o PDL n.º 52/2007, de autoria do Leomar Quintanilha, à época senador do estado do Tocantins, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)); e Tapajós (projeto PDL 19/1999, que foi criado por Mozarildo de Melo Cavalcanti, do Partido Popular Socialista (PPS), então deputado (BRASIL, 1999). Vale acrescentar também que projetos anteriores com a mesma pauta não foram aprovados). Os projetos foram aprovados em 2011 e numerados com o n.º 136/2011 e n.º 137/2011, respectivamente. Depois formam publicados na forma de decretos legislativos, Brasil (2011a) e Brasil (2011, b).

³ O documento foi assinado, no original, pelos ministros Ricardo Lewandowski (presidente), Arnaldo Versiani (relator), Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Nancy Andrighi, Gilson Dipp e por Marcelo Ribeiro.

⁴ Conforme sorteio realizado pelo TSE, no dia 9 de agosto de 2011, em sessão administrativa, ficou estabelecido que a primeira pergunta registrada na urna eletrônica para consulta à população seria relativa à criação do estado do Tapajós e, após a escolha e confirmação do eleitor, seria realizada a pergunta sobre a criação do estado do Carajás.

⁵ Números sorteados em sessão administrativa plenária realizada pelo TSE. Pela ordem do sorteio: 77 (SIM) e 55 (NÃO).

A prática eleitoral do plebiscito foi orientada pela resolução n.º 23.342. O documento determinou que poderiam ser formadas quatro frentes de trabalho:

- a) A favor da criação do Estado do Carajás [liderada pelo Deputado Estadual João Salame Neto (do Partido Republicano da Ordem Social – PROS)];
- b) Contra a criação do Estado do Carajás [presidida pelo Deputado Federal Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)];
- c) A favor da criação do Estado do Tapajós [liderada pelo Deputado Federal Joaquim de Lira Maia (do Democratas – DEM)];
- d) Contra a criação do Estado do Tapajós [presidida pelo Deputado Estadual Celso Sabino de Oliveira (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)]. (BRASIL, 2011c, p. 2)

Essas frentes lideraram as campanhas eleitorais nos programas de televisão, sendo representadas como *Frente Pró Estado do Tapajós* (Programa do Sim), *Frente Pró Estado do Carajás* (Programa do Sim), *Frente Contra a Criação do Estado do Tapajós* (Programa Não e Não Tapajós), *Frente Contra a Criação do Estado de Carajás* (Programa Não e Não Carajás). As frentes foram definidas em relação às novas macrorregiões: Tapajós (Sim à divisão em relação ao Pará); Carajás (Sim à divisão em relação ao Pará) e Pará (Não à divisão em relação a Tapajós e a Carajás).

A resolução n.º 23.354 (BRASIL, 2011d) definiu que a *propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão* começasse trinta dias antes da data de realização dos plebiscitos, portanto, no dia 11 de novembro de 2011, e deveria terminar no dia 7 de dezembro daquele ano, quatro dias antes da votação. Essa resolução estipulou o regulamento para as campanhas eleitorais no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão. Nas emissoras de televisão, os programas foram exibidos duas vezes ao dia – no começo da tarde e também à noite “das 13h às 13h10 e das 20h30 às 20h40” (BRASIL, 2011d, p. 12), tendo dez minutos de duração, já que cada programa foi produzido com cinco minutos. A resolução n.º 23.354, determinou que “[...] a propaganda gratuita no rádio e na televisão [fosse] veiculada às segundas, terças, quartas, sextas-feiras e aos sábados” (BRASIL, 2011d, p. 12). Assim, foram vinte dias de exibição, sendo alternados entre as frentes dos estados de Tapajós e Carajás. Por esta razão, cada frente ocupou apenas dez dias de exibição dos programas.

Os programas eleitorais de cada um dos plebiscitos (a favor e contra a divisão) foram exibidos em dias alternados, conforme o artigo 30 da resolução n.º 23.354 (BRASIL, 2011d). Os primeiros materiais exibidos para todo o estado pertenciam às Frentes Pró e Contra Carajás, alternados no dia seguinte pelos programas das Frentes Pró e Contra Tapajós e, assim, sucessivamente. Também ficou definido que seriam alternadas as ordens na transmissão; ora o horário eleitoral gratuito iniciaria com a veiculação das campanhas favoráveis à divisão, ora começaria com a exibição dos programas das frentes contrárias à separação, sem privilégio de nenhuma das partes, conforme determinou o TSE.

Esses contextos regimentares (com base em resoluções e leis específicas para realização dos plebiscitos) são consubstanciais para a organização legal do gênero, visto que as determinações foram definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujas práticas regimentares regulamentaram a produção do gênero, determinando tempo de duração dos programas, horário de exibição na televisão, entre outros aspectos. Além disso, os contextos políticos e sociais também influenciaram na formação das frentes de trabalho dos plebiscitos, sobretudo na seleção, organização e constituição dos programas eleitorais; afinal os discursos evidenciados nesses materiais reverberam práticas de todos esses campos de interação, por isso tais contextos são fundamentais para compreender a natureza social do gênero programa eleitoral de um plebiscito de divisão territorial.

3 INCURSÕES TEÓRICAS: GÊNEROS DO DISCURSO E PRÁTICAS SOCIAIS

Os gêneros do discurso organizam e reorganizam, de modo contínuo, as formas de interação nas práticas sociais de uso da linguagem. Por esse motivo, é importante compreender que eles têm um papel importante nas práticas, sobretudo na construção de discursos. Portanto, os gêneros podem contribuir para a manutenção ou mudança nas/das relações sociais, em razão dos múltiplos processos que ocorrem no momento da interação verbal ou resultantes dela.

Chouliaraki e Fairclough (1999) destacam que a Modernidade Tardia apresenta mudanças significativas relativas à linguagem e ao discurso. Os autores relacionam discurso à prática social. Essa concepção está alicerçada na abordagem de Harvey, que entende e “[...] propõe uma visão dialética do processo social em que o discurso é um ‘momento’ entre seis: discurso/linguagem, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições/rituais; e crenças/valores/desejos” (HARVEY *apud* CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 6, tradução nossa). Nesse sentido, o discurso é entendido como um modo de ação e de representação. “Essa concepção de discurso possibilita inserções de contextos sócio-históricos, em que relações de poder, lutas, práticas de dominação e desigualdades são identificadas como constituintes de significação e estão sempre em disputa na vida social” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 32-33).

Ao investigar essas práticas, a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Análise Crítica de Gênero (ACG) possibilitam a construção de aportes teóricos de análise social que evidenciam “[...] o fato de que o exercício da linguagem ocorre no interior do embate de posições de classes e grupos sociais” (BONINI, 2013, p. 109). Essa intervenção crítica dos estudos contribui para a desmistificação dos processos de construção e uso da linguagem no contexto social, já que eles não se constituem apenas no *hic et nunc* da enunciação, mas no processo histórico de lutas e embates sociais.

O alerta de que tais estudos não se direcionem especificamente à linguagem em si, mas ao papel que ela (e, portanto, também o gênero) desempenha no contexto social (por exemplo, em práticas de abuso de poder, construção de relações assimétricas, entre outras) torna-se relevante porque as mudanças que ocorrem no uso da linguagem e nas próprias práticas sociais se baseiam em discursos e são justificadas por eles. Problematizando esse processo, Bonini defende que “[...]o analista crítico de gênero lance um olhar engajado sobre seu objeto, forjado no histórico de lutas de um povo” (2013, p. 109). O engajamento a que o autor se refere é concebido a partir da pedagogia de Paulo Freire (FREIRE; MACEDO, 2013), cuja perspectiva se abre para o empoderamento (*empowerment*⁶) de sujeitos, a partir de práticas que orientam uma ação pedagógica social libertadora (GIROUX, 2013, p. 33).

Esses estudos mostram que certas práticas favorecem discursos dominantes e relações de poder e de dominação no contexto social, além de reproduzirem as ideologias das classes hegemônicas, naturalizando-as para manutenção do poder dos grupos dominantes. Nesses processos de embates e de configuração da realidade social, podemos perceber que, em um movimento bidirecional, as práticas sociais organizam e reorganizam as ações com a linguagem e, por sua vez, a linguagem age sobre as práticas. Tomando “[...] a língua como exemplo, podemos verificar que a estrutura linguística impõe limites aos falantes. Porém, dentro dos limites que a língua impõe, os falantes podem usar de sua criatividade para atingir diversos fins”, seja para conformação, confronto ou alteração das práticas (FERNANDES, 2014, p. 77). Isso acontece de forma complexa na vida social, sobretudo, via discursos.

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos e pacientes) (FAIRCLOUGH, 2008, p. 22).

⁶ Termo cunhado por Henry A. Giroux (2013) para se referir à pedagogia proposta por Paulo Freire. O termo em inglês *empowerment* é a tradução mais próxima à palavra empoderamento.

Discursos e práticas sociais possuem relações estreitas. Eles refletem, representam, constroem e constituem entidades e relações sociais e se associam por uma série de eventos na vida social. São eventos que se articulam como modos de agir (significado acional), modos de representar (significado representacional) e como modos de ser (significado identificacional) (FAIRCLOUGH, 2008).

Resende e Ramalho (2014, p. 60), com base em Fairclough (2008), explicam que “[...] o significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/questiona as relações sociais”; já “[...] o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional”, e o significado identificacional, por sua vez, “[...] refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso”.

O objeto de estudo da ciência social crítica “[...] é a conexão existente entre as esferas da vida social e as atividades de ordem econômica, política e cultural” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 20, tradução nossa) e essas relações alcançam todos os campos das atividades humanas na sociedade. A ciência social crítica entende práticas sociais como “[...] hábitos cristalizados, ligados a diferentes tempos e espaços, nos quais as pessoas empregam recursos (materiais ou simbólicos) para atuarem juntas na sociedade. Esses hábitos são constituídos por meio da vida social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, tradução nossa).

Os autores destacam que práticas sociais são pontos de conexão entre “estruturas abstratas” e seus “mecanismos e eventos concretos” entre sociedade e pessoas que vivem seu cotidiano. As práticas interligam elementos e eventos específicos da vida; relaciona-os a muitas outras ações e acontecimentos; articula-os aos incontáveis contextos sociais das atividades humanas. Enfim, práticas constituem redes de momentos sociais específicos. Assim,

[...] o momento discursivo de qualquer prática dá-se pela mudança quanto à articulação dos recursos simbólicos disponíveis (tais como gêneros, discursos, pessoas), os quais são articulados dentro de instâncias como o momento do discurso e a sua conseqüente transformação nesse processo constitutivo. Os formatos particulares gerados a partir de um determinado momento discursivo são moldados pelas suas relações com outras instâncias, tais como o próprio efeito de sua assimilação em outros momentos de produção discursiva. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, tradução nossa)

As discussões de Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam também para uma ambiguidade de sentido vinculada ao termo prática. Ela pode ser entendida como uma “ação social” (o que é feito em um tempo e um espaço particular) e também no sentido de ser uma maneira habitual de agir. Quando associada a uma ação social, a prática se efetiva enquanto processo na vida social.

Tomamos a prática como detentora de três características principais. A primeira: elas são produções da vida social, e não apenas uma produção de ordem econômica, antes uma produção refratária dos campos culturais e econômicos. Segunda: cada prática é oriunda de uma cadeia de relações de outras práticas, essas ‘relações externas’ acabam por influenciar e determinar as ‘relações internas’. Terceira: as práticas são sempre dimensões reflexivas, sendo que as pessoas sempre tendem a gerar representações acerca do que elas fazem como parte do que elas fazem. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22, tradução nossa)

As práticas podem ser caracterizadas segundo os três aspectos apontados na citação: como formas de produção/eventos da vida social, segundo se relacionem com outras e por possuírem o caráter de gerar/constituir uma dimensão reflexiva.

Chouliaraki e Fairclough (1999) ainda afirmam que “[...] qualquer prática de produção discursiva envolve determinados sujeitos em determinadas relações e usando recursos específicos – utilizando ‘tecnologias’ para ‘materiais’ contextualizados a determinadas relações sociais de produção” (1999, p. 23, tradução nossa). Portanto, mapeando essas práticas particulares e levantando como elas se organizam foi possível, por exemplo, identificar como elas contribuem, via gênero, para construção de relações de dominação, e mais especificamente em termos deste estudo, de relações de dominação no plebiscito eleitoral sobre a divisão do estado do Pará.

Em consideração a esses apontamentos teóricos de Chouliaraki e Fairclough (1999), entende-se que as campanhas eleitorais e o gênero programa eleitoral constituem práticas discursivas de natureza complexa em razão de suas formas e relações sociais de produção, distribuição e consumo. A *produção* de um programa eleitoral de televisão, por exemplo, envolve o trabalho de especialistas da área de comunicação no tratamento da linguagem, bem como a produção de imagens, ângulos e textos diversificados, que estão na maior parte das vezes direcionados a certas possibilidades de interpretação e construção de sentidos. A *distribuição* se efetiva em rede de transmissão e retransmissão e o *consumo* se dá a partir de práticas particulares que se estabelecem entre produtores e telespectadores, via mídia televisiva, posteriormente, essa distribuição também ocorre via *internet*.

Enquanto gênero do discurso, o programa eleitoral faz parte das práticas sociais/ discursivas das campanhas eleitorais, neste caso, produzido para exibição na televisão. É um acontecimento singular e específico de uso da linguagem no contexto social, constituído por unidade temática, estilo e forma composicional singulares, conforme Bakhtin (2011). É formado por práticas regimentares e discursivas das esferas jurídica, política, midiática (propaganda, *marketing*, jornalismo), artística, entre outras (SILVA JÚNIOR, 2017).

O objetivo e a finalidade discursiva dos programas podem ser associados às propagandas eleitorais, em aspectos gerais, possuindo, quanto a seu conteúdo temático, “[...] três funções simultâneas no debate eleitoral: reforçar seu eleitorado, conquistar o eleitorado do adversário e ganhar os indecisos” (FIGUEIREDO; ALDÉ, 2003, p. 4). O estilo observado nos programas eleitorais agrega características de uma “[...] **linguagem** didática, informativa [e]/ou panfletária” (FIGUEIREDO; ALDÉ, 2003, p. 8, grifo dos autores). Também constroem um “[...] **apelo** (pragmático, ideológico, político, emocional ou de credibilidade das fontes)”, bem como aspectos “**retóricos**” relativos à “[...] sedução, proposição, crítica, valores ou ameaça” (FIGUEIREDO; ALDÉ, 2003, p. 8, grifos dos autores). Já a forma composicional de um programa eleitoral pode ser constituída, segundo Figueiredo e Aldé (2003, p. 7), “[...] alternativamente [por] pronunciamento do candidato; documentário/ telejornal/reportagem; entrevista ou debate com o candidato”, e mais: “[...] videoclipe/vinheta; ilustração/animação; dramatização/ficção/publicidade; ‘povo fala’; depoimento; chamada”; jingles; imagens (FIGUEIREDO; ALDÉ, 2003, p. 7).

Como as campanhas em questão foram midiaticizadas, caracterizam-se pela *quase-interação midiática* (cf. THOMPSON, 2002), cujas relações de tempo e espaço no processo de interação são apenas simuladas (não há interação face a face, mas a co-presença), configurando-se na forma de simulacro da interação verbal face a face. “A mídia projeta e constrói discursos, reitera concepções dominantes de exploração e age no sentido da manutenção de práticas sociais assimétricas, disseminando ideologias hegemônicas e legitimando assimetrias entre grupos sociais diferentes” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 32-33). Sendo os gêneros do discurso enunciados no mundo da vida, as relações que eles estabelecem com as práticas sociais são constituídas enquanto modos de agir no mundo e, nos programas eleitorais sobre o plebiscito de divisão do estado do Pará, agem na construção de práticas discursivas, pondo em evidência, no contexto social, as relações de dominação na construção do discurso patriótico, conforme evidenciado adiante nas análises. A análise de cada momento de uma prática contribui para entender a rede de relações que ela detém e articula no contexto das atividades humanas na vida social. Nesses termos, Chouliaraki e Fairclough afirmam que:

Toda prática está situada dentro de uma rede de práticas as quais determinam, ‘a partir do contexto’ as suas ‘propriedades internas’. Os conceitos (articulação e internalização) que tomamos e aplicamos sobre a análise de ‘práticas internas’ e suas particularidades momentâneas podem ser estendidos para analisar as relações entre as próprias práticas. As práticas são articuladas em conjunto com a finalidade de constituírem redes pelas quais elas próprias tornam-se eventos de modo que possam também transformar a si mesmas assim como a rede discursiva a qual constituíram. (1999, p. 23, tradução nossa)

Ou seja: *a vida social é constituída por redes de práticas sociais articuladas*. E, portanto, é possível dizer com base no que afirma Archer *et al.* (1998), que na vida social, somente as relações perduram; isto é, as práticas sociais entre pessoas nunca cessam por definitivo; ao contrário, elas se mantêm. Podem apresentar, às vezes, em certas especificidades e relações pontuais (um evento de interação em dado tempo), o caráter momentâneo de provisoriidade, contudo, na dinâmica da vida social, as relações se reelaboram (e também os gêneros do discurso). Se o gênero pode ser entendido como um dos momentos da prática social, ele também pode se constituir enquanto uma rede de “tipos relativamente estáveis” de enunciados em práticas de linguagem que é

acionada mediante as diversas situações de interação verbal (BAKHTIN, 2011; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Tal caráter pode fundamentar a natureza da práxis social do gênero. Portanto, se práticas sociais constituem gêneros do discurso, por analogia, gêneros do discurso, da mesma forma, podem ser entendidos como práticas sociais articuladas e/ou um momento dessas práticas.

4 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PRESENTE ANÁLISE

O material analisado neste artigo consiste em um extrato de um *corpus* e de um estudo mais abrangente relatado em Silva Júnior (2017) que discutiu os plebiscitos de divisão do estado do Pará a partir da análise dos programas eleitorais exibidos no horário eleitoral gratuito de televisão. Foram considerados apenas os programas relativos à proposta de criação do estado de Carajás, sendo o *corpus* da pesquisa composto, portanto, pelos programas eleitorais da *Frente Pró Estado do Carajás* (Programa do Sim) e da *Frente Contra a Criação do Estado de Carajás* (Programa Não e Não Carajás).

Dos vinte programas exibidos, foram transcritos seis de cada frente. A escolha do *corpus* contemplou uma distribuição longitudinal dos programas (percurso de *início*, *meio* e *fim* das campanhas de TV), sendo selecionados dois representativos de cada período. Na sequência, esses programas foram transcritos de acordo com o método de transcrição proposto por Rose (2008), mais especificamente, a partir da adaptação de Soares (2013), método ao qual também agregamos elementos. A transcrição (cf. SILVA JÚNIOR, 2017), compreendeu as seguintes categorias: (1) *enunciador*, (2) *dimensão visual* (número da cena, tipo de enquadramento da imagem, localização inicial do tempo em minutos, descrição da cena, localização final do tempo em minutos), (3) *tipo de gênero* (classificação da cadeia de gêneros, tipo de gênero do discurso) e (4) *dimensão verbal* (registro da dimensão verbal).

Com base nessas transcrições, selecionou-se, para este artigo, o primeiro programa eleitoral da *Frente Contra a Criação do Estado de Carajás* (Programa Não e Não Carajás). Buscou-se observar nesse material o modo como os gêneros do discurso (o programa eleitoral e os gêneros que ele mobiliza) são utilizados para a *representação do território e dos agentes dominantes especialmente através do discurso patriótico*.

O programa analisado é constituído pelos seguintes gêneros e nessa sequência: *jingle*, *jingle/hino*, *vinheta/narração em off*, *slogan/logotipo*, *apresentação*, *vinheta/infográfico*, *vinheta/imagem*, *depoimento*, *legenda* e *jingle/slogan/logotipo*.

A análise, considerando as representações produzidas para os interlocutores e para os espaços territoriais em disputa no primeiro programa eleitoral da *Frente Contra a Criação do Estado do Pará*, ateve-se às seguintes categorias: 1) os discursos mobilizados na constituição do objeto de discurso (o território) e dos sujeitos participantes (frentes, eleitores); 2) a predicação dos objetos de discurso e das pessoas do discurso; e 3) a constituição das pessoas do discurso.

5 A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS AGENTES DOMINANTES

Nos programas eleitorais contra a divisão do estado do Pará, é possível destacar que a construção do objeto de discurso, isto é, o **estado do Pará**, é valorativa e há um evidente *apagamento do outro no discurso* – uso de vocábulos/expressões que apagam os sujeitos. As práticas discursivas analisadas em que se mapeou os recursos lexicogramaticais demonstram que esses elementos apagam tanto os sujeitos que apoiam a frente pró-divisão (moradores da região de Carajás) como também os representantes políticos que as coordenam. Os sujeitos da frente contra a divisão (representantes da frente e os eleitores que os apoiam) são constituídos com uma visão positiva. Além disso, *as relações de superioridade constituídas no discurso* põem em evidência a diferença de poder entre os dois grupos de discussão envolvidos no plebiscito (grupo que defende a não divisão considera-se superior).

O apagamento do outro no discurso e a construção de relações de superioridade na linguagem constituem práticas que configuram processos assimétricos de poder no sentido de dominação. Se esses acontecimentos de linguagem são evidenciados em gêneros discursivos midiáticos, eles representam uma preocupação aos estudos críticos de mídia e gênero, visto que, como a mídia televisiva opera com distribuição de discursos em massa, tais aspectos podem ser legitimados nessas práticas, sendo considerados, com o tempo, *estáveis e inquestionáveis* nas relações sociais.

A transcrição⁷ das dimensões verbo-visuais do gênero *jingle* e parte do gênero *jingle/hino*, relativos ao primeiro programa contra a divisão (quadro 1), fornece dados para caracterização e análise tanto do objeto de discurso quanto dos sujeitos participantes, conforme anteriormente destacados relativos aos aspectos de apagamento do outro no discurso e de relações de superioridade. Eis os dados a seguir:

En.	Dimensão Visual	Gn.	Dimensão Verbal
♪♪ Banda	[1. Panorâmica] 00:01 A imagem mostra um rio. No horizonte ocorre o pôr do sol. A luz do sol espelha um rastro luminoso no rio. [00:05]	Jin.	Te quero Pará por inteiro.
♪♪ Banda	[2. Close-up] 00:06 A imagem mostra em um aperto de mãos de perfil. No polegar de uma das mãos há uma aliança. [00:08]	Jin.	Amigo, parceiro, irmão.
♪♪ Banda	[3. Panorâmica] 00:09 A câmera gira em torno de uma mulher negra (de trás para frente). Ela está enrolada na bandeira do Pará e sorri. Ao fundo o céu e a copa de uma árvore. [00:12]	Jin.	Unidos num só coração brasileiro.
♪♪ Banda	[4. Close-up] 00:13 A imagem mostra o rosto de três pessoas (um homem e duas mulheres). A mulher ao fundo vira o rosto para a câmera. Todos sorriem. [00:17]	Jin.	Semente e flor do mesmo chão.
♪♪ Banda	[5. Close-up] 00:18 Close-up na bandeira do Pará. Ela balança com o vento. Ao fundo vê-se a imagem de galhos de árvores com folhas verdes. [00:20]	Jin.	<u>Ninguém</u> vai separar meu Pará, meu irmão
♪♪ Banda	[6. Close-up. Corte à altura da barriga] 00:21 A imagem mostra uma mulher que junta as mãos fazendo o desenho de um coração. Ao fundo há imagens embaçadas de plantas. [00:23]	Jin.	com a força e fé no coração.
♪♪ Banda	[7. Panorâmica] 00:24 Mostra-se o pôr do sol. Uma ave aparece de asas abertas planando sobre a imagem do sol. Do lado direito do vídeo há o mastro de um barco à vela. A vela não aparece. [00:26]	Jin.	Não e não
♪♪ Banda	[8. Panorâmica] 00:27 Mostra-se a baía de Belém à noite. Vê-se a lua no canto esquerdo superior do vídeo. A cidade aparece no centro da imagem. Tem-se a fotografia do rio e da cidade iluminada a partir de pontos de luz. [00:30]	Jin.	<u>ninguém</u> divide o meu Pará.

⁷ A transcrição completa do programa pode ser encontrada em Silva Júnior (2017).

<p>♪♪ Banda</p>	<p>[9. Panorâmica] 00:31 A câmera registra a imagem de um jovem em uma mercearia. Ele usa boné. Ao fundo há produtos dispostos em prateleiras. A câmera faz o movimento da direita para esquerda. Inicia com imagem de produtos no balcão e vai focar o jovem. Em cima do balcão há uma bandeira pequena do estado do Pará. A câmera passa por essa bandeira antes de focalizar o jovem. Ele faz sinal de negativo balançando o dedo da mão. [00:34]</p>	<p>Jin.</p>	<p>É não e não. É não e não.</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[10. Panorâmica] 00:35 A câmera focaliza uma sacada de baixo para cima. No muro da sacada, está a bandeira do Pará. Pessoas aparecem com os braços sobre o muro e olham para baixo na direção da câmera. Ao fundo o céu e o galho de uma árvore com folhas. A estrela da bandeira aparece no centro do vídeo. [00:36]</p>	<p>Jin.</p>	<p>Vamos votar.</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[11. Panorâmica] 00:37 A câmera registra uma mulher a meio corpo. Ela aparece com a mão aberta próximo à lente da câmera, representando o número cinco. A outra mão também está aberta mais junto ao corpo. Quando a imagem segue ela faz movimento com as mãos, trazendo a que não estava junto a câmera e recuando a outra. Ela está na feira Ver-o-peso. Ao fundo há uma das bancas de vendas. Nela há prateleiras com muitos produtos (garrafas e sacos com ervas) em exposição. Ela sorri e se empolga. [00:39]</p>	<p>Jin.</p>	<p>Eu vou votar.</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[12. Panorâmica] 00:40 A imagem mostra a praia de Alter-do-Chão. Água azul. Uma ponta de terra que avança em direção à água. É a margem de um rio. Nos cantos da parte superior do vídeo há galhos de árvores. Ao fundo céu azul e parte de terra com muitas árvores (floresta). [00:42]</p>	<p>Jin.</p>	<p>É 55 minha gente.</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[13. Close-up] 00:43 A câmera focaliza o rosto de uma menina. No canto esquerdo do vídeo, ela gira uma bandeira do Pará, fixada em um pedaço de madeira. [00:47]</p>	<p>Jin.</p>	<p>e a nossa estrela vai brilhar.</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[14. Panorâmica] 00:48 A câmera focaliza uma mulher na sacada. Ela está com os braços abertos segurando uma bandeira do Pará aberta. A mulher estende a bandeira sobre o muro da sacada. [00:51]</p>	<p>Jin.</p>	<p>num só Pará.</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[15. Close-up. Corte à altura do busto] 00:52 Focaliza-se três mulheres. Elas estão de perfil e com a mão esquerda fazem sinal de não com o dedo. As duas que estão à direita do vídeo usam óculos escuros. A do meio um colar de bolinhas. [00:55]</p>	<p>Jin.</p>	<p><u>É não e não.</u></p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[16. Panorâmica] 00:56 A câmera filma uma mulher de baixo para cima. Ela está de frente e segura a bandeira do Pará com os braços abertos. Ela sorri. Ao fundo há a copa de uma árvore vista de baixo para cima. A bandeira está nas costas da mulher. [00:59]</p>	<p>Jin./Hino</p>	<p>Ó Pará quanto orgulho ser filho</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[17. Panorâmica] 01:00 Imagem aérea de uma cidade. Vê-se casas, uma rótula à direita do vídeo e uma torre ao lado esquerdo da rótula. [01:03]</p>	<p>Jin./Hino</p>	<p>de um colosso</p>
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[18. Panorâmica] 01:04 A câmera mostra a imagem aérea de um turbilhão de água, que jorra. [01:07]</p>	<p>Jin./Hino</p>	<p>tão belo e tão forte.</p>

<p>♪♪ Banda</p>	<p>[19. Panorâmica] 01:08 Imagens de três montanhas com mesma dimensão e altura. Ao fundo um céu em tons de azul, roxo e amarelo (de cima para baixo). Aparece uma neblina que corta as montanhas na horizontal e embaça a imagem dos montes. [01:11]</p>	Jin./Hino	Juncaremos de flores
<p>♪♪ Banda</p>	<p>[20. Panorâmica] 01:12 Imagem aérea da Casa das 7 janelas e do forte de Belém em seu entorno. A câmera se movimenta da direita para esquerda, isto é, da Casa ao Forte onde se visualiza barcos atracados no canto esquerdo na parte inferior do vídeo. [01:14]</p>	Jin./Hino	teu trilho.

Quadro 1: Construção do objeto do discurso e dos sujeitos participantes

Fonte: Silva Júnior (2017, p. 153-155)

Esse trecho do programa foi acionado para exemplificação especialmente por evidenciar algumas categorias de análise, com as quais se pretende trabalhar. O *jingle* faz referência ao *objeto de discurso* e aos *sujeitos participantes* dos programas eleitorais (adiante identificados em outro quadro). Para significar o processo eleitoral e o posicionamento *a favor* ou *contra a divisão*, os elementos léxicos são organizados para produção de sentidos no discurso.

Quanto ao sentido global do enunciado produzido no primeiro programa do Não, pode-se destacar o uso de *discursos ufanistas* de louvor ao estado do Pará, mormente evidentes em *substantivos empregados que recuperam aspectos geográficos, naturais e/ou socioculturais*, como podem ser evidenciados em: “um colosso tão belo e tão forte”. A palavra “colosso”, que faz parte do gênero *jingle/hino* constrói um intertexto com o Hino do estado do Pará. Essa relação ativa processos de construção identitária com o telespectador. As referências ao passado supostamente heróico de um povo, no momento em que há o questionamento quanto ao desmembramento do estado, expõe os sujeitos a um discurso sentimental de pertencimento e a perda da segurança ontológica.

Os *adjetivos* também são acionados com função estratégica. Em “tão *grande* quanto o Pará é o orgulho que a gente tem dele” é possível observar que a escolha dos elementos lexicogramaticais destaca o discurso ufanista de superioridade, ao associar o adjetivo “grande” ao substantivo “orgulho”, numa tentativa discursiva de envolver o telespectador no discurso que é construído pelo programa ao se valer da expressão “a gente”. A expressão “a gente” é acionada para levar o público a fazer a mesma associação de sentido que os enunciadores do discurso.

A *transposição de posicionamentos individuais para o plano das ideias coletivas* é constituída pelo uso dos pronomes (cf. exemplo anterior com a expressão “a gente” equivalendo a nós). No enunciado “O estado do Tapajós ficaria com 87% das nossas florestas” é possível destacar que o pronome possessivo *nosso* possibilita identificar o posicionamento do enunciador do discurso. Ele constrói o enunciado enquanto sujeito que participa do grupo que exerce o poder, que projeta o discurso como se detivesse a posse do território (as florestas são *nossas* e não deles). A relação eu/outro é construída a partir de uma perspectiva assimétrica, afinal o uso de certos termos são específicos para demarcar espaços, sejam eles sociais, culturais, econômicos etc.

O advérbio “não” constrói o *posicionamento taxativo quanto ao plebiscito*: “É não e não”. O discurso duplica o *não* como uma forma de resposta fatídica. Já as *locações verbais introduzem declarações de voto contra a divisão e também convoca os telespectadores para agir da mesma forma*: “Vamos votar. Eu vou votar”. Fairclough (2008) destaca que as relações de poder são constituídas por significados tomados como tácitos, já que a busca pela hegemonia/poder/dominação requer a universalização de perspectivas particulares. O objeto de discurso em disputa (a representação do território) e os sujeitos que habitam ou podem habitar esse território (a imagem projetada dessas pessoas) são construídos de modo relacionado. O quadro 2 organiza sinteticamente todos os elementos lexicogramaticais que são acionados no discurso do programa eleitoral para compor essas representações.

Construção do objeto do discurso	Construção dos sujeitos participantes		Gn.
REFERÊNCIA AO TERRITÓRIO	REFERÊNCIA AOS DEFENSORES DA NÃO DIVISÃO	REFERÊNCIA AOS DEFENSORES DA DIVISÃO	
Substantivo	Substantivo	Substantivo	
Rio bandeira copa de uma árvore galhos de árvores com folhas verdes plantas pôr do sol ave barco a vela baía de Belém prateleiras sacada estrela da bandeira feira Ver-o-peso praia de Alter-do-Chão Água azul	aperto de mãos mulher negra três pessoas (um homem e duas mulheres) mãos fazendo o desenho de um coração jovem em uma mercearia rosto de uma menina mulher na sacada três mulheres <i> sinal de negativo </i> balançando o dedo da <i> mão aberta </i> , representando o número cinco	<i> sinal de negativo </i> balançando o dedo da mão	Jin.
Adjetivo	Adjetivo	Pronome	
Inteiro amigo, parceiro, irmão	Unidos semente e flor	Ninguém	
Advérbio	Pronome	Advérbio	
Não	Eu meu minha nossa	Não	
	Locução Verbal	Locução Verbal	Jin.
	Vou votar Vamos votar	Vai separar	
	Locução Adverbial	Verbo	
	com a força e fé	Divide	
	Adv.		
	Não		

Quadro 2: Categorização do objeto do discurso e dos sujeitos participantes

Fonte: Silva Júnior (2017, p. 157-158)

A relação de poder assimétrica pode ser evidenciada no *apagamento dos sujeitos* que apoiam a divisão. Enquanto o estado recebe caracterização por meio de substantivos e adjetivos, a construção dos sujeitos participantes do discurso é constituída por dois sentidos: 1) quando se referem ao enunciador (eu) e o interlocutor (tu), supostamente partícipes do mesmo grupo, é caracterizada de modo positivo; e 2) quando há referência à terceira pessoa do discurso (ele/eles – referência aos grupos pró-separação), ela recebe caracterização negativa, havendo o apagamento e/ou construção de sentido vago, impreciso, indeterminado ou indefinido, aspectos entendidos enquanto ideia de apagamento. Assim, por exemplo, o pronome indefinido ninguém (nos enunciados: “Ninguém vai separar meu Pará, meu irmão” e “Não e não, ninguém divide o meu Pará”) é acionado para a construção dessa relação de sentido, apagando/indeterminando o sujeito/interlocutor que apoia a divisão do estado.

Na dimensão visual dos dados, nota-se também que o “sinal de negativo” que se faz com o dedo é endereçado ao grupo defensor do projeto de cisão. Como esse dado constrói o sentido de nomear sinais no mundo, foram entendidos como substantivos e, por isso, analisado na dimensão visual, que é a transcrição do que pode ser visto na cena. A dupla negação “não e não” revela também a relação de poder assimétrica, pois evidencia o poder que se tem nas mãos, sendo a região de Belém, norte do estado, o maior colégio eleitoral do Pará. Assim, bastaria apenas um não.

A locução verbal “vai separar” e o verbo “divide” constituem ações de um sujeito indeterminado (ninguém). Esse apagamento do sujeito, mesmo sendo um sujeito agente, diminui a visibilidade do grupo opositor no programa e, com isso, ao omiti-lo ou usar termos que não o identificam, contribui para não dar a ele respaldo. Em contrapartida, a posição da frente do não se evidencia e se intensifica com o uso de recursos de identificação com a audiência, como a repetição do pronome possessivo “meu” (por exemplo, “meu Pará”).

5.1 O(S) TERRITÓRIO(S)

O discurso produzido pelo programa do Não é uma tentativa de *naturalização* e *manutenção* constante da estrutura de poder do Estado e de justificá-la, pois à medida que esses agentes reiteram que o Pará não precisa ser dividido, também ratificam a ideia do grupo político que o governa. Portanto, os programas do Não são produzidos para justificar a permanência das instâncias de poder e estruturas sociais conforme sua organização política atual. O contraste entre o uso da locução verbal para se referir ao grupo favorável à divisão e as locuções verbais que se referem às pessoas contrárias ao desmembramento deve ser observado também quanto ao fato de “vai separar” se constituir um julgamento de valor pejorativo, visto que, durante os programas do Não, os apoiadores da divisão são denominados “separatistas”; enquanto as locuções verbais que fazem referência aos contrários à separação se efetivam como um posicionamento do enunciador do programa, declarando seu voto e incitando/conclamando os telespectadores a fazerem o mesmo, conforme foi dito anteriormente.

Essas referências contrastivas na constituição do discurso põem em relação e marcam os territórios em disputa. O quadro a seguir demonstra como o uso da predicação direta e indireta constrói a relação de poder entre os territórios do Pará, Carajás e Tapajós:

Objeto de discurso	Predicação direta		Predicação indireta		
	Adjetivo	Verbo	Advérbio	Subst.	Verbo em fun. Adjetiva
Pará	por inteiro amigo, parceiro, irmão de irmãos um colosso tão belo e tão forte sentinela do Norte Tão grande Gigante Delicado	Perder perderia sobraria não teria	Entre sete milhões de pessoas que vivem aqui	E a deixar de manter esse brilho preferimos...	Ó Pará quanto orgulha ser filho de...

	pronto e por fazer único e diverso trabalhador um sexto do que é hoje com pouca terra e nenhum recurso			
Carajás		Ø (levaria) Levaria		
Tapajós		Levaria ficaria com		

Quadro 3: Território(s) em disputa

Fonte: Silva Júnior (2017, p. 160-161)

Os dados tabulados demonstram que a descrição do objeto de discurso gera uma relação binária de disputa (nós e eles) e a inclusão do espectador (eu/você) em um dos lados (a gente/nós). Essa é a representação que se verifica, por exemplo, na frase “entre 7 milhões de pessoas que vivem aqui, uma delas é você”. Nota-se que a identificação com o público se dá com a finalidade de o incluir no grupo que se posiciona contra a divisão do estado. Portanto, o enunciado cumpre a função de fazer a localização do espectador. Esse processo de construção identitária (enunciador-interlocutor), realizada pelo discurso midiático, de certa forma, orienta ideologicamente o telespectador, levando-o à mesma concepção do programa.

Outro aspecto passível de ser analisado quanto ao plebiscito relaciona o adjetivo e a adjetivação indireta, de modo geral, à *organização de um discurso patriótico*. Entre os aspectos possíveis de serem identificados nos dados, o discurso patriótico tem o papel de constituir a representação de povo, nação, identidade paraense etc., conforme discutido anteriormente. Portanto, aspectos relacionados à ideia de união, não separação, corroboraram para a estabilidade territorial, governamental, política, de poder e dominação vigente no estado. No enunciado, “Ele [o Pará] é ao mesmo tempo gigante e delicado” (predicação direta) os adjetivos *gigante* e *delicado* possibilitam relacionar a ideia de identidade, das características paraenses que, segundo essa visão, precisam ser mantidas ou preservadas.

Quanto aos verbos, é perceptível o caráter de vitimização e/ou passividade quando relacionados ao estado do Pará, visto que nesse discurso, que é uma espécie de discurso do medo, o estado seria prejudicado com a divisão: “perderia riquezas, não teria a mesma dimensão, sobrando apenas uma mínima parte de seus recursos”. O uso dos verbos constrói uma oposição entre nós (Pará) *versus* eles (Tapajós/Carajás), mediante, portanto, o *discurso do medo*, tão intensificado pelos programas do Não ao longo do período eleitoral de televisão. Os verbos “levaria” e “ficaria” formam a ideia de saqueamento, como se os possíveis novos estados fossem usurpar o que é ou pertence a outro, que é identificado como dono. Nesse sentido, pode-se entender que a predicação indireta reforça e naturaliza as representações construídas no discurso, favorecendo os grupos dominantes mediante relações de poder em favor da manutenção das práticas sociais assimétricas.

5.2 OS SUJEITOS

A relação entre nós *versus* eles se torna mais evidente no quadro a seguir, que focaliza a pessoa do discurso quando na constituição da predicação direta e predicação indireta. A primeira ocorre quando o sentido está linearizado na frase (predicação direta); a segunda quando é necessária uma inferência para que o efeito de predicação ocorra (predicação indireta).

Pessoa do discurso	Predicação direta		Predicação indireta		
	Adjetivo	Verbo	Advérbio	Pronome	Vocativo
(Nós) Nós				nosso Pará	
Eu, minha mulher, minha filha, meus parentes todinhos	Unidos	Juncaremos Vamos votar	num só coração com a força e fé	nossa estrela a nossa bandeira é uma só	Minha gente
Nós				É nosso rio, floresta. Nosso minério então. Tudo da nossa gente. Todos do mesmo chão.	
A gente		Tem			
Eu		vou votar sou a favor digo não sou contra			
Você		é uma delas vai entender			irmão
Ninguém		vai separar divide			
Eles		querem tirar			
Ø		Tem é dá			

Quadro 4: Nós e Eles

Fonte: Silva Júnior (2017, p. 163)

A relação construída entre os participantes do discurso, *a priori*, é de oposição. Ela se dá pela diferença Nós *versus* Eles. A análise da categoria pessoas do discurso, quando na predicação direta e na predicação indireta demonstra que os constituintes acionam a formação de um discurso patriótico. Corroboram com essa prática, o adjetivo e os verbos, bem como as demais categorias. No uso do verbo, essa relação é construída em dois sentidos, ao constituir 1) um discurso patriótico militante versus 2) um discurso da usurpação. O primeiro aspecto pode ser ilustrado quando o enunciador é incluído no grupo contrário à divisão do estado. Portanto, a “nós, a gente, eu e você”, conforme os dados tabulados, é dado o mesmo tratamento no discurso, uma vez sendo eles integrantes do grupo que desaprova a cisão do estado, militando pela mesma causa; são valorizados positivamente no discurso com caracterização semelhante: “Nós vamos votar não, não e não”, “É o orgulho que a gente tem por ele”, “Eu sou a favor do Pará grande, forte e unido” e “Você vai entender por que é tão importante votar 55 contra a divisão do Pará”. Já o *discurso da usurpação* é construído em relação aos que apoiam a divisão do estado. Usurpar no sentido de separar, dividir, querer tirar proveito da divisão, como em: “Ninguém vai separar meu Pará”, “Querem tirar 83% das terras do Pará”. Acerca dessas construções de linguagem é possível dizer que “[...] são os indivíduos, inseridos em práticas sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 45).

O uso do vocativo produz o sentido de coesão relacionando pátria com família, como em: “É isso aí, o meu Pará ninguém divide, irmão”, estabelecendo a inclusão do “eu” no conjunto do “nós”. Alguns enunciados são elaborados sem a pessoa do discurso: “É nosso rio, floresta”, “Dá pra gostar disso?”. Esses eventos específicos naturalizam o sentido do “eu” como “nós” e da ação que o “nós” realiza (“votar não”). Os advérbios e pronomes na seção da predicação indireta também constituem representação patriótica. Além desses aspectos, enunciados com pessoa do discurso apagada (com uma voz supostamente universal) também são utilizados para construir sentidos bastante naturalizados que, nesses termos, ganham o lugar de verdades consensuadas. São exemplos: “Não tem porque dividir...”, “Dia 11 de dezembro é dia de voto”, “É igual a tirar o jambú⁸ do tacacá...”. Tais construções de senso comum ganham ainda mais força como argumentos quando são expostas como verdades universais (neutras, objetivas) nesses programas midiáticos e quando são postas em uma linguagem que se aproxima da que é utilizada no cotidiano das pessoas, contruindo uma simulação de interação verbal, uma simulação de intimidade.

6 APONTAMENTOS FINAIS

A análise da prática discursiva produzida no gênero programa eleitoral quanto ao objeto de discurso e aos sujeitos participantes aponta que as predicações direta e indireta constroem relações de disputa de território, reforçando discursos naturalizados de teor fundamentalistas (principalmente os discursos patrióticos). Somam-se ao discurso patriótico (identitário), o discurso do medo, o discurso militante e o discurso de usurpação.

Além dos aspectos destacados, outras relações de poder e dominação são evidenciadas nas práticas discursivas analisadas neste artigo, tais como as de apagamento dos sujeitos; relações de superioridade; construção de discursos ufanistas; projeção de discursos individuais como universais e manipulação do discurso mediante a usurpação do lugar do interlocutor. As relações destacadas foram identificadas a partir de recursos lexicogramaticais que põem em evidência enunciados que exaltam certa identidade paraense, o discurso patriótico, relações de construção do objeto de discurso, construção dos sujeitos envolvidos e das referências de território. Destarte que o gênero programa eleitoral viabiliza a construção discursiva dos sujeitos, do território e dos agentes dominantes mediante sua organização temática, estilística e composicional. Sendo um dos momentos das práticas sociais, os gêneros constroem no sentido de viabilizar a produção de discursos, operando ou não no sentido da legitimação desses discursos, em processos de manutenção e/ou mudanças sociais.

As relações de poder e dominação que foram problematizadas ocorrem no contexto das práticas sociais dos programas e nos recursos lexicogramaticais dos enunciados. Suas evidências se localizam nas entrelinhas do discurso, isto é, em práticas discursivas que se deixam ver menos (BOURDIEU, 2010), para que constituam zonas de força e reforcem valores das classes dominantes em favor da dominação. Com o passar do tempo, tais relações podem alcançar maior domínio sobre as mentes, visto que certas práticas acabam sendo naturalizadas por conta de relações que foram se estabelecendo historicamente.

Como as relações sociais se constituem a partir de processos históricos, questionar o momento em que o discurso se organiza pode repercutir diretamente na vida social, a ponto de que as práticas sejam reorientadas para promover mudanças. Segundo Chouliaraki e Fairclough (*apud* RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 41), “[...] a vantagem de se focalizar as práticas sociais é a possibilidade de se perceber não apenas o efeito de eventos individuais”, e acrescentam: “[...] mas de séries de eventos conjunturalmente relacionados na sustentação e na transformação de estruturas, uma vez que a prática social é entendida como um ponto de conexão entre estruturas e eventos”.

⁸ Jambú é uma planta cultivada na região norte do Brasil. É muito utilizada na culinária paraense, principalmente no preparo do tacacá. É um dos ingredientes essenciais desse prato, garantindo uma sensação de formigamento nos lábios e na língua, devido à ação anestésica peculiar da planta. Na cultura paraense, o jambú é considerado afrodisíaco.

REFERÊNCIAS

- ARCHER, M. S. *et al.* *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BONINI, A. Análise crítica de gêneros discursivos no contexto das práticas jornalísticas. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. *Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 103-120.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 57-71.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. Congresso. Senado. Decreto Legislativo n. 136, de 2011. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal. *Legislação*. Brasília, DF, 26 maio 2011a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=538263&id=14368456&idBinario=15839519&mime=application/rtf>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- BRASIL. Congresso. Senado. Decreto Legislativo n. 137, de 2011. Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós. *Legislação*. Brasília, DF, 02 jun. 2011b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-137-2junho-2011-610722-publicacaooriginal-132714-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.342, de 30 de junho de 2011. Dispõe sobre os plebiscitos a serem realizados no Estado do Pará. *Coordenadoria de Jurisprudência*. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: <http://www.justica eleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23342-instrucao-116326>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.354, de 18 de agosto de 2011. Dispõe sobre a propaganda plebiscitária e as condutas ilícitas nos plebiscitos no Estado do Pará. Propaganda Plebiscitária e as condutas ilícitas nos plebiscitos no estado do Pará. *Coordenadoria de Jurisprudência*. Brasília, DF, 2011d. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-propaganda-plebiscitaria-e-as-condutas-ilicitas-nos-plebiscitos-no-estado-do-para-res-23.354/view>. Acesso em: 02 nov. 2015.
- BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Decreto Legislativo n. 19, de 1999. Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós. *Legislação*. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3606918&ts=1547999409817&disposition=inline>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- FERNANDES, A. C. *Análise de discurso crítica: para leitura de textos da contemporaneidade*. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, A. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral – notas para um debate. In: Encontro Anual da Compós, 12., 2003, Recife. *Anais...* Recife: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/03/FigueiredoeAlde.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2017.
- FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIROUX, H. A. Alfabetização e a pedagogia do *empowerment* político. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 33-77.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 343-364.

SILVA JÚNIOR, C. B. *Relações de dominação em programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará*. 2017. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PLLG0699-T.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SOARES, V. A. S. F. *A série televisiva O Sagrado e a prática de publicidade institucional indireta da rede globo: uma análise crítica de gênero*. 2013. 280 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123003/325522.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 abr. 2015.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.



Recebido em 17/01/2020. Aceito em 01/04/2020.